Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sábado, domingo e segunda-feira, 6, 7 e 8 de julho de 2024
Ano CVII ● Número 29.646
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

OS DESAFIOS DE XI JINPING

A China está vivendo um momento sem precedentes. Por Edoardo Pacelli, **página 2**

TRANSPARÊNCIA NO TERCEIRO SETOR

Crucial para conquistar confiança e maximizar o impacto social. Por Carlos Aragaki, **página 2**

JEAN-CLAUDE MAS E O LANGUEDOC

Domaine revolucionária do conceito de vinhos do Sul da França. Por Míriam Aguiar, **página 4**

Transpetro anunciará 2ª f licitação para embarcações

Nesta segunda-feira (8), a Transpetro anunciará a licitação para os primeiros navios do programa de ampliação e renovação da frota da companhia, subsidiária da Petrobras. Hoje, a Transpetro possui 26 navios próprios, e a Petrobras tem mais de 100 embarcações estrangeiras afretadas. O anúncio finalmente concretiza promessa feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda durante a campanha eleitoral.

Já faz mais de um ano quando Sérgio Bacci, presidente da maior subsidiária da petrolífera, concedeu sua primeira entrevista coletiva em que garantiu que a empresa quer mais navios próprios, e pretendia, inclusive, realizar concursos públicos.

Sobre o financiamento desses navios, o executivo afirmou que virá dos recursos do Fundo de Marinha Mercante via BNDES. "Não vou reeditar o Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef)", avisou o executivo, em maio de 2023. Os 26 navios que compõem hoje a frota própria da Transpetro foram construídos via Promef.

Três meses depois, em agosto de 2023, Bacci informou que a Transpetro iria lançar um edital para contratar 25 navios, que serão construídos no Brasil, para ampliar sua frota própria. O lançamento do edital, previu na ocasião, durante a feira Navalshore, deveria acontecer em janeiro de 2024.

Destravar a construção de navios no Brasil pela Petrobras e combater o afretamento exagerado de petroleiros e gaseiros construídos e registrados em outros países são as duas bandeiras do Fórum pela Retomada da Construção Naval, realizado em fevereiro de 2024, no Rio de Janeiro.

"O afretamento se tornou regra na Petrobras e vem causando danos ao Brasil na geração de empregos locais e no desenvolvimento da economia, além de nos deixar perigosamente dependentes de outros países e vulneráveis em situações de crise internacional", alertou o Fórum, em reunião das entidades participantes no Centro do Rio de Janeiro.

A mudança de comando na petroleira, com a saída de Jean Paul Prates e a posse de Magda Chambriard como presidente, parece ter ajudado a destravar os planos. Magda realizou, nos últimos dias, várias trocas nas gerências executivas da estatal.

Saneamento: falta afeta 75% dos que ganham até 1 mínimo

90% dos que têm renda mais alta contam com o serviço

AAssociação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon-Sindcon) divulgou ontem levantamento que mostra que os mais pobres são os mais afetados pela falta de saneamento básico no país.

Segundo o Panorama da Participação Privada no Saneamento, 75,3% das pessoas que não estão conectadas à rede de água vivem com até um salário mínimo. O levantamento mostra que 74,5% das pessoas que não estão conectadas à rede de coleta de esgoto também têm rendimento mensal abaixo de um salário mínimo.

Segundo a Agência Brasil, tanto a coleta de esgoto quanto o fornecimento de água atingem níveis superiores a 90% para as pessoas que recebem mais de cinco salários mínimos. Já a universalização do saneamento no país é prevista para 2033, segundo o marco legal do setor.

"Após quatro anos em vigor, o Marco Legal do Saneamento já conseguiu incrementar investimentos e promover avanços importantes, mas ainda temos grandes desafios pela frente até a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033. O saneamento precisa ser considerado uma prioridade nacional, inclusive no âmbito da reforma tributária", disse a diretora-executiva da Abcon Sindcon, Christianne Dias.

Ainda segundo a Abcon Sindcon, nos últimos 10 anos, os municípios com participação da iniciativa privada no saneamento básico saltaram quase 300%. Eram 217 cidades com prestação de serviço em 2013 contra 850 em 2023. Neste recorte, os contratos de água e esgoto realizados com a iniciativa privada cresceram de 103 para 178, uma expansão de 73%.

"Parte deste aumento é uma consequência natural da Lei 14.026/2020, que atualizou o Marco Legal do Saneamento Básico, criou metas para a universalização dos serviços e incentivou a estruturação de novos negócios", explica Nathalia Lima Barreto, advogado atuante no setor de saneamento básico e sócia do escritório Razuk Barreto Valiati.

Projeto usa bio sabão para limpar esgoto da Rocinha

Um bio sabão que contém microrganismos que se alimentam de esgoto. Este é um projeto que está em implantação na Rocinha, favela da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. O projeto se chama Pista (Parque de Inovação Social, Tecnológica e Ambiental); existe uma associação mundial de Parques.

O Bio Sabão da Rocinha reúne professores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e um empreendedor da Rocinha, com apoio da Faperj e do governo estadual.

A Águas do Rio, empresa responsável pela concessão de saneamento da área onde está localizada a favela, já está acompanhando o projeto. "Quando o bio sabão estiver sendo usado em maior escala, com certificação da Anvisa, a empresa vai poder dizer quanto o bio sabão melhorou a eficiência do processo de saneamento e quanto ele economizou de investimentos que precisariam ser feitos para a realização do mesmo trabalho", explica José Alberto Aranha, idealizador e coordenador do projeto. **Página 5**

Menos de 30% das empresas listadas na B3 têm auditoria contra greenwashing

Boa parte das empresas brasileiras já relata de forma voluntária as práticas ligadas à agenda ESG (sigla em inglês para governança social, ambiental e corporativa). Segundo o anuário "ESG Disclosure Yearbook Brasil 2024", elaborado pela agência de classificação de risco de crédito Bells & Bayes Rating Analytics, 63% das 191 companhias listadas no Novo Mercado da B3 (Bolsa de Valores) publicaram algum tipo de relatório de sustentabilidade em 2022. No entanto, apenas 29% tiveram os dados auditados ou assegurados externamente.

"Em um contexto no qual os investidores levam cada vez mais em consideração as informações ESG para tomada de decisão na hora de alocar capital, o estudo sugere que a falta de verificação externa, capaz de inibir a propagação de relatos equivocados e a promoção do greenwashing, tende a despontar como desafio a ser superado internamente, principalmente porque, a partir de 2027, a divulgação deve torna-se obrigatória", afirma Wesley Mendes, principal autor do anuário.

Desde novembro do ano passado, pontua o pesquisador em inovações financeiras, vigora no Brasil a Resolução 59 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), voltada à uniformização da informação de ESG por parte de empresas e fundos, iniciativa pioneira no mundo.

O levantamento da Bells & Bayes revela ainda que 82% das companhias analisadas informaram não possuir, ou não mencionaram, objetivos específicos voltados à diversidade de participantes na alta administração. Além disso, a pesquisa detectou que em 50% das empresas as mulheres não estão presentes na diretoria; enquanto que no conselho de administração o índice é de 27%.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,4599
Dólar Turismo	R$ 5,6970
Euro	R$ 5,9187
Iuan	R$ 0,7511
Ouro (gr)	R$ 421,34

ÍNDICES

IGP-M	0,81% (junho)
	0,89% (maio)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Os desafios de Xi Jinping

Por Edoardo Pacelli

O Terceiro Plenário do Comitê Permanente do Partido Comunista da China reunir-se-á durante três dias, a partir de 15 de julho. A crise do crescimento, do desenvolvimento e das reformas está na agenda. Esta crise de crescimento representa algo novo, dado que, depois da era de Deng Xiaping, ex-presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, a China só conheceu o desenvolvimento. O Plenário, para Pequim, representa o maior momento de discussão, em que as diretivas são decididas e as visões de futuro apresentadas pelo sistema hierárquico do Partido.

É a terceira vez que o atual Comitê Central – órgão mais importante do Partido em número e representatividade – se reúne desde que foi nomeado, em outubro de 2022, mas, segundo o costume, deveria ter-se reunido no último trimestre de 2023; porém, a reunião foi adiada, suspeita-se que devido à falta de definição de uma linha para lidar com os problemas econômicos.

As decisões que serão adotadas serão extremamente indicativas, dado que o Terceiro Plenário é, normalmente, aquele que dá as diretivas sobre os planos de desenvolvimento econômico, até 2027. Além disso, devido ao abrandamento da economia, as diversas crises internas, como a crise do setor imobiliário, a necessidade de controlar o mundo dos dados, de salvaguardar a segurança nacional e de enfrentar manobras antichinesas, que serão adotadas pela UE (depois das dos EUA), para travar o comportamento incorreto da China.

Tudo deve ser lido, igualmente, sob uma perspectiva interna. Na verdade, não é de todo certo que a principal concentração atual do líder Xi Jinping seja a política de desenvolvimento internacional, mas sim a manutenção do consenso, do equilíbrio com a elite e com as comunidades. Existem certamente opções de política econômica, mas, provavelmente, para uso interno.

A China de Xi está vivendo um momento sem precedentes: com os padrões gerais, que agora foram elevados, tem de lidar com a contração, o abrandamento e o patamar do crescimento. Conceitos comuns no Ocidente rival, mas nunca experimentados pela República Popular.

> A China está vivendo um momento sem precedentes

A situação foi fotografada no mês passado por Zhang Bin, vice-diretor-geral do Instituto de Economia e Política Mundial da Academia Chinesa de Ciências Sociais, durante um simpósio em que criticou as escolhas macroeconômicas de Xi.

Zhang manteve as críticas embaladas na formalidade de uma linguagem acadêmica controlada – isto é, críticas possíveis, apenas o suficiente, para demonstrar a presença de debate interno, mas nada, além disso, para evitar a censura – e argumentou que "o processo de reforma não deve envolver mudanças globais, em todos os setores, de um dia para outro. Uma abordagem prática consiste em identificar as principais contradições, alcançar progressos em áreas específicas e utilizar esse progresso para promover reformas mais amplas. Os modelos anteriores de reforma gradual e a zona piloto da China seguem esta sabedoria e alcançaram um tremendo sucesso".

No simbolismo que permeia o debate público chinês de alto nível, Zhang diz que é preciso "atravessar o rio apalpando as pedras" e quando fala em reformas pode estar se referindo às aberturas de Deng Xiaping – o autor da "Política de Reforma e Abertura", lançada em 18 de dezembro de 1978, precisamente por ocasião da terceira sessão plenária do XI Comité Central.

Isso foi um choque para a economia, ao abordar questões estruturais, o que abriu caminho para empresas estrangeiras operarem na China. Embora as novas leis de espionagem limitem agora as capacidades operacionais das empresas estrangeiras, já há seis anos, 40 anos após o lançamento das políticas de Deng, num longo e formal discurso comemorativo, Xi disse que não permitiria que potências estrangeiras impusessem mudanças (na China) que não se conformem com o "socialismo de características chinesas".

Este ano, enquanto Xi terá de pensar na situação interna, o Terceiro Plenário poderá também ter de passar pela questão de restabelecer – ou não – a China como "investível" aos olhos dos atores econômico-financeiros internacionais. Embora o líder esteja lutando para produzir uma reforma tão válida como a de Deng, também porque Xi, no momento, precisa evitar que as aberturas econômicas enfraqueçam a competitividade chinesa e, acima de tudo, se traduzam em exigências sociopolíticas subsequentes. Duas enormes questões de segurança nacional.

Edoardo Pacelli é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista Italiamiga e vice-presidente do Ideus.

Terceiro Setor: transparência para fazer a diferença

Por Carlos Aragaki

O Terceiro Setor, composto por entidades sem fins lucrativos como institutos, fundações e associações, assume um papel crucial na sociedade brasileira, complementando a ação do Estado e do mercado na promoção do bem-estar social. No Brasil, estima-se que o Terceiro Setor movimente cerca de 4,3% do PIB, segundo o estudo "A importância do Terceiro Setor para o PIB no Brasil e em suas Regiões".

Segundo dados do Mapa das Organizações da Sociedade Civil de 2021, são mais de 800 mil organizações em atividade. Estima-se que são gerados 4,7 milhões de empregos no Terceiro Setor. Ao mesmo tempo, um dado surpreendente é que, em 2022, cerca de 84% dos brasileiros fizeram algum tipo de doação, conforme a Pesquisa Doação Brasil 2022, do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social.

Tamanho montante de recursos movimentados e importância para a sociedade exigem uma profissionalização, governança e, sobretudo, transparência. Este último item pode significar a sobrevivência e o avanço de uma entidade.

Num contexto em que o Terceiro Setor administra recursos públicos e privados, a transparência se torna um pilar fundamental para a construção de confiança e legitimidade. Doadores, parceiros e a sociedade em geral exigem clareza sobre a origem e aplicação dos recursos, a efetividade das ações e a governança das entidades.

Atingir a excelência em transparência no Terceiro Setor exige esforços contínuos por parte das organizações. Desafios como a burocracia excessiva, a falta de recursos humanos e tecnológicos e a dificuldade em acessar informações confiáveis dificultam a implementação de práticas transparentes e de governança.

> Crucial para conquistar confiança e maximizar o impacto social

No entanto, diversas boas práticas podem ser adotadas para superar esses desafios, como a publicação de relatórios anuais com informações detalhadas sobre as atividades da organização, receitas e despesas, resultados dos projetos e indicadores de impacto. Um canal de comunicação transparente, onde doadores, parceiros e a comunidade em geral possam tirar dúvidas e obter informações sobre a organização, também é essencial. Por fim, a implementação de mecanismos de controle interno é importante para garantir a regularidade das operações e a aplicação correta dos recursos.

Neste contexto, é imprescindível que cada entidade busque soluções personalizadas para auxiliar as organizações na jornada pela transparência, entre elas a auditoria independente, que garante a confiabilidade das informações financeiras e a regularidade das operações.

A jornada pode se tornar menos dolorosa com a adoção da gestão de riscos. Ela ajuda a identificar, avaliar e mitigar os riscos que podem afetar a reputação da organização – um dos maiores patrimônios de uma entidade do Terceiro Setor. A partir daí, é preciso aprimorar os processos de tomada de decisão e fortalecer a gestão da organização. A transparência, parte da boa governança, deve ser um compromisso fundamental para o Terceiro Setor.

Ao adotar práticas transparentes, as organizações conquistam a confiança de doadores, parceiros e da sociedade em geral, fortalecem sua reputação e aumentam seu impacto social. Essa transparência se materializa na prestação de contas por meio da divulgação dos resultados de projetos sociais, convênios e outros. Em um ambiente mais macro, a elaboração de demonstrações financeiras completas e atestadas por auditores sem vínculo com a entidade.

A jornada pela transparência no Terceiro Setor não é apenas um dever, mas sim uma oportunidade para fortalecer o impacto social das organizações. Ao construir relações de confiança com doadores, parceiros e a comunidade, as entidades do Terceiro Setor ampliam seu alcance, otimizam recursos e conquistam a legitimidade necessária para promover mudanças reais na sociedade. A transparência é peça-chave para que o Terceiro Setor assuma seu papel de protagonista na construção de um futuro mais justo e sustentável para todos e fundamental para que este setor continue a contribuir para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do país.

Carlos Aragaki é sócio-líder da BDO Brasil para o Terceiro Setor.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

É possível taxar os super-ricos

Por que a divisão entre os mais ricos do mundo e os demais está cada vez maior? O economista Gabriel Zucman mostrou, em relatório para o G20 solicitado pelo Brasil, a razão fundamental: os super-ricos não pagam quase nada em impostos. “Como poderia um mínimo global para bilionários realmente funcionar quando nenhum organismo internacional tem autoridade para cobrar impostos sobre indivíduos?”, questiona o veterano jornalista Sam Pizzigati, do Institute for Policy Studies.

A resposta foi dada por Zucman: nenhum organismo internacional tem autoridade para tributar as empresas multinacionais. Mas o mundo tem agora um imposto mínimo de 15% sobre os lucros das empresas, que mais de 130 nações e territórios estão aplicando numa base coordenada.

Essa mesma abordagem cooperativa poderia trazer ao mundo um imposto mínimo eficaz sobre os super-ricos. Esta taxação entraria em vigor quando os ultrabilionários não pagassem em impostos anuais uma quantia igual a 2% da sua riqueza pessoal – a estimativa de Zucman é que hoje eles pagam 0,3%.

“Será que os bilionários conseguirão escapar ao pagamento deste imposto mínimo global? Eles poderiam esconder partes significativas de suas fortunas pessoais?”, questiona Pizzigati. “Não é provável. O valor de mercado dos ativos de cada bilionário não exigiria grande investigação para ser estabelecido, uma vez que a maior parte da riqueza dos bilionários provém do valor das ações corporativas que detêm.”

Novas formas de cooperação internacional, como a que passou a tributar as multinacionais que fogem de impostos, “há muito consideradas utópicas”, como observa Zucman no relatório, “podem surgir num período de tempo relativamente curto”.

Os obstáculos derivam muito mais da força política dos visados pelo imposto do que pela dificuldade técnica em implantar.

Leão dos EUA aperta cerco

O governo de Joe Biden torce o nariz para a proposta do Brasil no G20 de taxar os super-ricos, mas o IRS (a Receita Federal dos EUA) tem planos de reduzir a chamada “elisão fiscal” – dribles que as empresas aplicam no Leão para pagar menos impostos.

Matéria do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos mostra que o IRS quer fechar uma lacuna de longa data que permite às estruturas empresariais maximizar as deduções fiscais e minimizar os pagamentos.

O Leão norte-americano visa uma estratégia conhecida como “mudança de base”, na qual os ativos são transferidos entre empresas relacionadas dentro de grandes parcerias para evitar impostos. A meta é arrecadar US$ 50 bilhões em receitas ao longo de 10 anos.

Rápidas

A Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) recebeu a doação de arquivos fotográficos inéditos relacionados ao casal de abolicionistas pernambucanos Olegária da Costa Gama e José Mariano Carneiro da Cunha *** “A Violência contra a mulher” é o tema de webinário do IAB nesta terça-feira, às 10h30, com transmissão pelo canal TVIAB no YouTube *** Nesta sexta-feira, o presidente da Associação de Supermercados do Estado do Rio (Asserj), 1º vice da Associação das Américas de Supermercados (Alas), Fábio Queiróz, recebeu a Medalha de Mérito Tecnológico outorgada pelo Governo do Estado.

Reforma Tributária segue prejudicando setor de Serviços

FecomercioSP: texto tem avanços pontuais

O relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho (GT) da Câmara dos Deputados para regulamentação da Reforma Tributária traz avanços pontuais, mas segue prejudicando as empresas enquadradas no Simples Nacional e, sobretudo, o setor de Serviços. No entendimento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), apesar de algumas modificações positivas, pontos relevantes como a não cumulatividade ampla e o tratamento diferenciado ao Simples Nacional ainda precisam ser ajustados. Por outro lado, um pleito de relevância social defendido pela entidade foi atendido: a redução de 60% para alíquota zero a produtos de cuidados básicos à saúde menstrual.

Na última semana, a FecomercioSP, por meio do Conselho de Assuntos Tributários e do Conselho Superior de Direito, encaminhou, aos membros do GT, nove propostas de ajustes. Dentre as sugestões, as principais propõem justamente aprimoramentos do dispositivo que regula a não cumulatividade, que dispõe sobre as alíquotas de IBS/CBS; da lista de alimentos da Cesta Básica Nacional de Alimentos (CeNA); da transferência de crédito da empresa do Simples Nacional, entre outras. Segundo a Entidade, se acatadas, elas podem aperfeiçoar a legislação - da qual a FecomercioSP é crítica desde o início.

Quanto ao Simples Nacional, a proposta da Federação diz respeito ao dispositivo que limita a transferência de crédito do novo IBS/CBS por empresas optantes do regime, que, no cotidiano do País, são pequenas e médias (PMEs). O texto não teve mudanças e, da maneira como está, limita essa operação apenas a valores correspondentes a tributos “pagos”.

Segundo a entidade, é um contrassenso tanto em relação ao que está na Constituição, que fala de tributos “cobrados”, quanto ao sistema atual, que permite a transferência integral de crédito de PIS/Cofins. A proposição da FecomercioSP, nesse aspecto, é que o projeto seja alterado em plenário para permitir a transferência de crédito da CBS em um porcentual equivalente à alíquota aplicável, além de manter a regra atual sobre contribuições que serão extintas (PIS/Cofins).

Em resumo, a reforma segue causando perda de competitividade a contribuintes que estiverem no meio da cadeia produtiva, já que o crédito transferido será limitado ao tributo pago no regime único, bem inferior à alíquota de referência. A Entidade salienta que esse ambiente de negócios tem forte participação feminina, correspondendo a 53% das empresas de Serviços enquadradas no Simples.

Cesta básica

O trecho do relatório que dispõe sobre as alíquotas dos itens que compõem a CeNA praticamente não teve grandes modificações - apenas o óleo de babaçu, presente na alimentação da população das regiões Norte e Nordeste, foi incluído. A proteína animal permanece fora da cesta, com a redução de 60% da alíquota de referência. Na visão da FecomercioSP, sua inclusão é relevante para garantir uma alimentação adequada, conforme determina a Emenda Complementar 132.

Outro item essencial, o sal, também não integra a lista. Para a Entidade, a relação de apenas 15 deveria ser ampliada para 19 itens, conforme consta do art. 3º do PLP 35/2024 - projeto que contemplou as sugestões da sociedade civil frutos dos debates promovidos pela coalizão das frentes parlamentares. Além disso, um decreto recente editado pelo governo federal, (11.936, de 5 de março de 2024), que trata das políticas públicas relacionadas à composição da CeNA, elenca as carnes como item essencial para uma alimentação saudável. Ainda assim, para fins tributários, a decisão do Legislativo, até o momento está deixando de fora um alimento importante para a refeição diária do brasileiro.

Alíquota zero

Ainda assim, um pleito relevante da federação foi atendido: a redução de 60% para alíquota zero a produtos de cuidados básicos à saúde menstrual. Em articulações no Congresso, a FecomercioSP destacou que se trata de itens essenciais e caros que têm, juntamente com medicamentos, grande peso no orçamento familiar, principalmente para as pessoas de baixa renda.

Outro avanço relevante foi no período de revisão das listas dos dispositivos médicos, acessibilidade a Pessoas com Deficiência (PcD) e medicamentos, que têm reduções de 60% e 100% da alíquota. O substitutivo reduziu o prazo para inclusão de novos produtos na lista de 365 para 120 dias, permitidas ainda novas inclusões, a qualquer tempo,

Reino Unido: vitória trabalhista é mais fraca do que parece

Keir Starmer e seu Partido Trabalhista precisam conquistar os corações e mentes do povo britânico, apesar de uma vitória esmagadora nas eleições gerais de 2024, já que a porcentagem dos votos reais que obtiveram é bastante baixa, dizem especialistas à agência Xinhua. O partido chegou ao poder ao reivindicar 412 assentos no parlamento de 650 assentos, enquanto o Partido Conservador encolheu para 121 assentos.

Em termos de percentagem de votos, no entanto, o Partido Trabalhista recebeu cerca de 34% o que significa uma margem moderada quando comparado com a percentagem de aproximadamente 24% dos 14% dos Conservadores e Reformistas do Reino Unido.

“Os Conservadores perderam as eleições, mas (o) (Partido) Trabalhista não a ganhou. (O) (Partido) Trabalhista acabou com a maioria, mas não persuadiram muitas pessoas a votar neles.” disse o professor John Bryson, da Universidade de Birmingham, à Xinhua. “O que isto significa é que o Partido Trabalhista ganhou as eleições, mas não conquistou os corações e mentes do eleitorado britânico”, acrescentou.

Tendo em conta todos os desafios assustadores que se avizinham, os analistas políticos sugeriram que o Partido Trabalhista deveria trabalhar para ganhar a simpatia do povo britânico, para que nas próximas eleições a sua percentagem de votos aumente para refletir um governo de estilo mais majoritário.

A calamidade eleitoral para o Partido Conservador mostrou o nível de frustração que os eleitores britânicos sentiam com o fracasso do partido em responder às preocupações das pessoas comuns, incluindo a crise do custo de vida, um sistema de saúde ineficiente e uma infra-estrutura em ruínas.

Os conservadores também sofreram com um déficit de confiança política no meio de uma série de escândalos como o partygate (escândalo político no Reino Unido sobre festas e outras reuniões de funcionários) sob o governo de Boris Johnson e, mais recentemente, uma controvérsia em torno de alguns responsáveis conservadores que apostavam na data das eleições.

A instabilidade política no Verão de 2022, que viu a Grã-Bretanha acolher e destituir três primeiros-ministros diferentes em dois meses, fez com que os eleitores se preocupassem com a estabilidade e a consistência na elaboração de políticas e na forma de governar.

Iain Begg, especialista político da Escola de Economia e Ciência Política de Londres (LSE), disse que o governo liderado pelo Partido Trabalhista será facilmente visto como “uma lufada de ar fresco” após 14 anos de governo conservador.

Starmer fez campanha sob o tema “Mudança”, prometendo reconstruir a Grã-Bretanha e priorizar os interesses dos trabalhadores. As principais promessas do seu partido incluem impulsionar o crescimento económico, implementar regras rigorosas de despesas governamentais, reduzir os tempos de espera no Serviço Nacional de Saúde (NHS), contratar mais milhares de professores, melhorar a lei e a ordem nas ruas britânicas e reforçar a segurança das fronteiras para enfrentar a imigração ilegal.

O Partido Trabalhista, no entanto, não foi claro sobre como irá encontrar a solução mágica que poderá enfrentar o desafio de relançar o crescimento económico, alertou Begg. “Há algo de promessa envolvida nisso, em vez de uma certeza de como eles vão alcançá-la”, disse ele.

Steve Nolan, professor de Economia na Universidade John Moores de Liverpool, partilhava as mesmas preocupações. “Eles travaram uma campanha muito cautelosa. Eles não queriam criar nenhum alvo nas costas para a oposição conservadora atacar. Eles, de muitas maneiras, amarraram as mãos em termos de arrecadação de dinheiro. Não vamos aumentar nenhum dos três grandes impostos no Reino Unido, que representam cerca de dois terços das receitas do Reino Unido, e não estamos a fazer grandes promessas sobre gastos”, disse Nolan. “É uma questão em aberto que (tipo de) governo será este e quão capazes serão de atingir os objetivos que dizem ter”, acrescentou.

VINHO ETC.

Míriam Aguiar
Professora e somelier
miriam.aguiar@gmail.com

Jean-Claude Mas veio lançar novos rótulos do Languedoc-Roussillon

Recentemente, esteve no Rio de Janeiro o produtor Jean-Claude Mas, proprietário da Domaine Paul Mas, sediada na região vitícola do Languedoc-Roussillon, Sul da França. Nascido em Pézenas, seu interesse pela vitivinicultura foi despertado desde cedo pelo contato familiar com o avô, produtor de vinhos. Antes de seguir o mesmo destino, explorou outros universos pessoal e profissionalmente. Formou em Economia e Publicidade, passou temporadas em outras regiões da França, na Inglaterra e nos EUA, onde se envolveu em projetos voltados para o mercado de vinhos, bem como com outra paixão: carros e motos.

Foi no início dos anos 1990 que a produção de vinhos firmou suas bases, a partir de uma experiência profissional em Bordeaux e o encontro com o produtor italiano Giorgio Grai, que o estimulou a criar os primeiros vinhos. Hoje se tornou uma importante referência para a criação da identidade moderna dos vinhos do Languedoc – uma terra francesa muito apta à viticultura, com histórico longevo de produção, mas que por muito tempo esteve associada aos vinhos de mesa.

Tal histórico não estaria relacionado à falta de potencial qualitativo regional e sim por um investimento pouco orientado à produção de qualidade, com certa acomodação ao status de grande fornecedor francês de vinhos de volume. Questões complexas, envolvendo toda a configuração político-econômica da vitivinicultura do país.

O fato é que o Languedoc, assim como o Roussillon (área mais a sul da França, próximo de Perpignan e da fronteira espanhola) vem passando por uma grande revolução produtiva, e o Domaine Paul Mas é um dos principais protagonistas dessa renovação. Jean-Claude Mas representa a quarta geração de vignerons da família e fundou a vinícola em 2000. Seu perfil empreendedor é impressionante, pois de um pequeno negócio familiar, oriundo de 35ha herdados, ele passou a 15 propriedades, espalhadas ao longo do Languedoc-Roussillon, desde o Departamento de Gard aos Pireneus Orientais.

Para produzir cerca de 25 milhões de garrafas, distribuídas em mais de 70 países, ele conta com 940ha de vinhedos próprios mais 1500ha de vinhedos parceiros. Um acervo de 45 cepas, incluindo autóctones, internacionais e outras menos conhecidas – o que permite uma excelente diversificação produtiva. Os vinhos da Domaine Paul Mas são importados pela Importadora Decanter no Brasil, um braço pequeno de seu enorme mercado internacional.

Algo curioso é que, apesar do Languedoc-Roussillon ser mais conhecido pelos seus vinhos tintos, alinhados com o perfil de clima predominantemente mediterrâneo (com longa estação de maturação), parte significativa de seu portfolio é de vinhos brancos. O produtor explora a altitude de alguns terroirs para plantar cepas brancas, que podem contar com uma boa diferença de temperaturas entre o dia e a noite, diminuindo o ritmo do amadurecimento e preservando melhor a acidez. Sua paixão pelos vinhos brancos o estimulou a incorporar técnicas e tecnologias que valorizam a expressão aromática da fruta, bem como o equilíbrio entre açúcares e acidez.

Eu, que sou também uma apaixonada por vinhos brancos, pude comprovar a qualidade de alguns presentes na degustação. Sauvignon Blanc, Chardonnay, Gewurztraminer (surpresa nessa região) e Viognier fazem parte da gama de vinhos disponíveis no Brasil, além de vários tintos. A Viognier, inicialmente mais identificada com a região do Vale do Rhône, hoje é uma das vedetes do Languedoc; faz vinhos varietais de puro prazer, com notas aromáticas muito evidentes de frutas de caroço (pêssego, damasco) e toques florais.

Seguem trechos do meu bate-papo com o produtor.

Visite a página de Míriam Aguiar no Instagram e se inscreva em cursos e aulas de vinhos presenciais e online. Instagram: @miriamaguiar.vinhos. Blog: miriamaguiar.com.br/blog

Empresas tem até o fim de julho para transmitir a ECF 2024

A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) é um dos arquivos digitais que compõem o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) e tem o intuito de transmitir informações fiscais e financeiras da empresa, além de cruzar dados contábeis e fiscais que dizem respeito à apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Em 2024, o prazo vai até 31 de julho.

Composta por 17 blocos de preenchimento, a ECF também realiza uma espécie de conferência de outras obrigações acessórias, a partir do cruzamento de informações enviadas na transmissão da DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) e da ECD (Escrituração Contábil Digital).

Segundo Daniel de Paula, Coordenador de Impostos da IOB, que une Inteligência em legislação e Tecnologia avançada para resolver os desafios de contadores e de empresas de todos os portes, com o cruzamento desses dados, o Fisco pode verificar se não há nenhuma divergência nas informações e valores apresentados pelas empresas.

A ECF deve ser transmitida, anualmente, até o último dia útil do mês de julho do ano seguinte ao ano-calendário. Todas as pessoas jurídicas, equiparadas, imunes e isentas estão obrigadas a entregar a ECF. Assim, entram no critério obrigatório de entrega os seguintes regimes tributários: Lucro Arbitrado, Lucro Real e Lucro Presumido. Vale lembrar que se uma empresa possuir filiais, a entrega da ECF precisa ser realizada sempre centralizada pelo CNPJ da matriz.

Daniel alerta que, para os contribuintes domiciliados nos municípios do Rio Grande do Sul que decretaram estado de calamidade pública, o prazo de entrega da ECF 2024 foi alterado para até o último dia útil do mês de outubro de 2024, ou seja, até o dia 31.

Estão dispensadas de apresentar a ECF as Pessoas Jurídicas Inativas, órgãos públicos, fundações públicas, autarquias e empresas optantes pelo regime do Simples Nacional.

De acordo com Daniel, o contador deve estar atento aos blocos de preenchimento do seu respectivo regime de tributação, como também, ao finalizar, não esquecer de fazer o cruzamento das informações da ECF com as informações prestadas em outras obrigações acessórias entregues anteriormente – os dados devem bater uns com os outros, evitando incongruências e penalidades. Daniel destaca quatro pontos de atenção na transmissão: Mudança de contador no meio do período: Quando o cliente troca de profissional no meio do período - entre a entrega da ECD e ECF. O novo contador deve recuperar na ECF as informações declaradas na ECD pelo outro profissional, conforme o período de sua responsabilidade entregue. Para que a ECF recupere os dados corretamente, os saldos finais das contas contábeis, que aparecem no arquivo do primeiro contador, devem ser iguais aos saldos iniciais dessas mesmas contas que aparecem no arquivo do atual contador. Compensação e restituição de tributos: Quando há compensação ou pedido de restituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL ou pagamento indevido ou a maior. Neste caso, os números devem bater com o que foi apresentado no PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação). Pessoa jurídica inativa por alguns meses do ano-calendário: o conceito de inatividade é anual, ou seja, não existe inatividade mensal. Portanto, a entrega de uma DCTF inativa em janeiro, por exemplo, e depois uma DCTF normal em agosto, obriga a entrega da ECF para todo o período. Ações judiciais contra a Fazenda Pública relacionadas ao IRPJ e a CSLL: em relação às ações judiciais contra a fazenda pública nas quais se questione a apuração ou o valor a pagar de IRPJ ou CSLL, o preenchimento da ECF deve considerar somente as ações judiciais com decisões definitivas (transitadas em julgado), nos termos do art. 156, inciso X, do Código Tributário Nacional (CTN). Estas ações judiciais transitadas em julgado devem ser informadas nos registros M315, M365 ou M415, conforme o seu objeto. Os valores de IRPJ e de CSLL apurados dessa forma na ECF devem ser informados na Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais (DCTF), no campo valor total do débito.

Uma pergunta: se não entregar a ECF dentro do prazo, recebe multa?

Daniel responde que sim. A não apresentação da ECF nos prazos fixados ou a sua apresentação com incorreções ou omissões acarretará aplicação, ao infrator, de multas aplicadas, conforme o caso, às pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real e às demais pessoas jurídicas (lucro presumido, arbitrado ou imunes e isentas).

Pode haver multa de até 5% sobre o valor da operação, limitada a 1% do valor da receita bruta no período, nos casos de erros ou dados faltantes para as empresas tributadas pelo lucro presumido, arbitrado ou imunes e isentas. No Lucro Real, a multa, nesses casos, pode ser de até 3%, não inferior a R$ 100,00 do valor omitido, inexato ou incorreto.

"O valor das multas por atraso ou não entrega da ECF são bem mais salgadas e o valor varia em função do regime de tributação da empresa," comentou Daniel de Paula.

Mantiqueira Brasil investe R$ 30 milhões em campanha publicitária

A marca Happy Eggs, conhecida por sua dedicação às galinhas livres, está lançando sua primeira campanha publicitária, estabelecendo um novo marco na indústria de ovos do Brasil. Com aporte de R$ 30 milhões - o maior investimento em marketing na categoria de ovos do país - a campanha promete impactar o mercado e os consumidores, destacando os valores de bem-estar animal e de qualidade, considerados a essência da marca.

Desenvolvida em parceria com a agência Anacouto, uma das mais conceituadas no cenário nacional de branding, a campanha da Happy Eggs visa não apenas aumentar sua visibilidade, mas também educar e conscientizar o público sobre a importância de escolhas alimentares responsáveis e sustentáveis.

Segundo pesquisas de mercado com clientes e consumidores, realizadas pela Mantiqueira Brasil, para avaliar o entendimento do consumidor em relação às galinhas criadas livres; 62% dos entrevistados responderam se importar com as condições de criação das galinhas e 82% acredita que galinhas livres produzem ovos de melhor qualidade. Na categoria reconhecimento, Happy Eggs já é a marca mais conhecida no segmento e quase 6 vezes mais preferida entre os consumidores.

Com mensagens impactantes e criativas em animação 3D, o filme conta de forma bem-humorada a aventura e peripécias de suas galinhas livres em uma noitada divertida num karaokê. Elas voam até a lua, dançam no espaço sideral e se divertem numa balada animada. O mote do filme foi inspirado no estilo de vida livre e feliz das galinhas Happy Eggs, que produzem ovos de alta qualidade.

A campanha é exibida em São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Rio de Janeiro, Resende, Curitiba, Brasília e Belo Horizonte. O plano de mídia contempla novelas e programas como, Caldeirão do Mion, Domingão do Huck, além de canais fechados como Sport TV, Home & Health e o programa Masterchef Brasil, GNT, entre outros.

No ambiente digital, estará presente no TikTok, YouTube e nas redes sociais Happy Eggs, além de patrocinar a segunda temporada do podcast "10 & Faixa" com Diego Ribas, ex-jogador do Flamengo. A marca terá conteúdos publicados por influenciadores digitais ligados a temas como alimentação, saúde, esporte e lifestyle como Paola Carosella, a nutricionista Andréa Santa Rosa e parcerias com páginas de conteúdo (Greengo Dictionary). Mídias OOH e DOOH também estão previstas, além de móveis expositores exclusivos.

A Happy Eggs também aposta na estratégia de estabelecer parcerias com os principais varejistas do Brasil, para a divulgação da campanha dentro dos supermercados, além da realização de ações promocionais, com o objetivo não apenas de aumentar a visibilidade da marca, mas também de educar e conscientizar os consumidores, sobre a importância do bem-estar animal na produção de ovos.

"Esse investimento de R$ 30 milhões representa um marco significativo para a categoria de ovos no Brasil, pois será o maior aporte da história da publicidade neste setor, para consolidar a estratégia de fortalecer nossa imagem, como referência em ovos de galinhas livres", reforça André Carvalho, diretor de marketing da Mantiqueira Brasil.

O projeto do bio sabão que se alimenta de esgoto

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o projeto do bio sabão que come esgoto, que está sendo desenvolvido na Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, com José Alberto Aranha, idealizador e coordenador do projeto; Estefan Monteiro da Fonseca, oceanógrafo e doutor em geologia e geofísica marinha; e Marcelo Santos, fundador da startup Óleo no Ponto, que está responsável pela produção, ainda em fase de teste, do Bio Sabão da Rocinha.

Como se deu a origem do projeto do bio sabão?

Aranha – Esse projeto se chama Pista (Parque de Inovação Social, Tecnológica e Ambiental), sendo que existe uma associação mundial de Parques. Eles têm como missão encontrar e capacitar pessoas que possam ser preparadas para serem empreendedores e estimulá-los a montarem startups que desenvolvam e melhorem a qualidade de vida das pessoas. Normalmente, os Parques trabalham com universidades, empresas, governos e moradores em cidades, só que nós estamos fazendo a mesma coisa numa cidade chamada Favela da Rocinha.

Como os Parques procuram problemas locais para solucioná-los, nós olhamos para dentro das favelas e vimos que um dos seus grandes problemas é a poluição. Para resolvê-lo, nós tivemos o apoio da Secretaria de Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro (SEAS) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), e as integrações do professor Estefan, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e do Marcelo, que é empreendedor, morador da Rocinha e que já trabalha na produção de sabão, que junto com o que estava sendo feito na UFF, pode dar origem a um produto transversal. Digo isso pois essa é uma inovação cruzada, pois ela encontra o conhecimento de uma universidade, que está resolvendo um problema, para resolver outro, o que faz com que tenhamos uma disrupção.

Como se deu o desenvolvimento da cepa que está sendo utilizada no bio sabão e como ela funciona?

Estefan – Como disse o professor Aranha, nós temos uma tecnologia que foi de uma área para outra. A primeira área não foi a de qualidade da água, e sim de fertilizantes. Quando os elementos do solo não estão, vamos chamar assim, apetitosos para as plantas, nós colocamos organismos, que chamamos de microrganismos eficazes, que retrabalham esses componentes e os deixam mais palatáveis para as plantas, pois eles reaproveitam melhor os nutrientes que estão no solo. Para que você tenha uma ideia, essa tecnologia já é utilizada por grandes produtores de soja e de grãos no Brasil.

A partir daí, nós começamos a utilizar esses micro-organismos para fazermos a reciclagem dos nutrientes que estão na água. Com isso, o que para nós é esgoto, para os organismos vivos passa a ser nutriente. A ideia é repor os microrganismos que estão faltando no meio ambiente por conta da sobrecarga de poluentes gerada pelo volume de esgoto.

Nós começamos a pesquisar isso na Lagoa de Maricá, os resultados foram muito mais rápidos do que imaginávamos, e nós conseguimos restabelecer os organismos de fundo da Lagoa, que passou, na época, de 4 espécies dominantes para 16. Isso porque, literalmente, nós reciclamos o material de fundo com esses microrganismos naturais do meio ambiente que haviam sumido. A partir desse empurrão, o meio ambiente por si só já se recicla.

Como não usamos produtos químicos, não há nenhum efeito secundário negativo. Outro ponto é que não estamos utilizando organismos de outro ambiente, alienígenas, e sim organismos tropicais.

O grande pulo do gato é a forma como vamos utilizar essa solução em comunidades. Nós poderíamos fazer isso pelo método tradicional, que seria a aplicação desses microrganismos diretamente no meio ambiente, ou através do hábito social, ou seja, através de um produto utilizado diariamente pelas pessoas que faria a dispersão da solução. Assim veio o sabão.

O problema é que para prevenir doenças, um sabão quebra a parede celular dos organismos vivos. É por isso que durante a pandemia se alertou tanto para a necessidade de se lavar as mãos, pois a utilização de sabão quebrava a parede celular do vírus. Para que pudéssemos superar essa limitação, nós criamos uma tecnologia de microcápsulas que protegem os organismos de forma a que eles possam sobreviver dentro do sabão. Assim, quando o sabão é utilizado, essas microcápsulas vão para o meio ambiente, os microrganismos são liberados e se proliferam e começam a retrabalhar e a se alimentar do esgoto.

Além de melhorar a água do meio ambiente, como os organismos estão retrabalhando o esgoto, ele não vai apenas sumir, mas será transformado em nutrientes que vão nutrir as espécies de peixes. Isso porque como o esgoto da Rocinha chega a São Conrado, ele vai se tornar um fertilizante para as águas do mar, o que vai gerar maior produtividade de pesqueira.

Os microrganismos que estão sendo usados na Rocinha podem ser usados em qualquer lugar no Brasil?

Estefan – Através de um método chamado metagenômica, nós vamos ao meio ambiente e identificamos seus organismos para termos segurança de que o que será feito não é nada demais, pois não estamos trazendo um organismo alienígena. Por exemplo, o Rio, que possui aspectos climatológicos bem tropicais, possui organismos muito próximos aos do Nordeste e da Amazônia. Provavelmente, não haveria variação alguma.

Outro exemplo: as enxurradas do Rio Grande do Sul juntaram as águas de todos os ecossistemas que foram atingidos por ela. Nesse caso, o meio ambiente misturou os micro-organismos de vários ambientes em uma sopa só.

Esse medo de trazer um organismo alienígena de um ponto para outro é, digamos assim, conservador demais, o que acaba até atrasando a evolução da nossa tecnologia. O próprio meio ambiente, através das mudanças climáticas, já está fazendo a troca de organismos e ainda assim mantendo o equilíbrio.

O bio sabão pode representar algum risco à saúde das pessoas e ao meio ambiente?

Estefan – Vou te contar uma coisa. No dia em que eu fui fazer a aplicação na Lagoa de Maricá, eu bebi um copo do bio insumo. Por pedido do órgão ambiental, nós fizemos um estudo de toxicologia através do qual submetemos um organismo alvo a cepa. Para isso, nós usamos camarões, pois eles possuem uma saúde muito sensível. Como resultado, nós verificamos o aumento da sobrevida de 70% dos camarões submetidos ao estudo.

Outro ponto: quando se fala em produção de camarões, os produtores colocam proteínas para que eles se desenvolvam. Nesse estudo, nós verificamos que os camarões diminuíram a necessidade de comer proteína para se desenvolverem, pois a sua flora intestinal foi tão bem regularizada que a sua saúde melhorou. Isso pode ser projetado para todo o meio ambiente.

Como está o desenvolvimento do projeto do bio sabão na Rocinha?

Marcelo – O Óleo no Ponto é um projeto que nasceu para trazer sustentabilidade, geração de renda e educação ambiental para os moradores da Rocinha. Nós desenvolvemos uma linha de produtos completa que é comercializada dentro e fora da comunidade, e o bio sabão foi integrado aos nossos produtos.

Como a Rocinha não tem saneamento básico adequado, o esgoto desce para a praia de São Conrado, o que traz um grande malefício para a questão ambiental. Nós estamos colocando esse projeto para frente para que a Rocinha seja beneficiada com a limpeza das valas negras geradas pelo descarte incorreto do esgoto.

Em termos práticos, já é possível perceber a diferença?

Marcelo – Há alguns anos, quando chovia, a praia de São Conrado virava um valão negro. Quando nós, moradores da comunidade, entendemos que podíamos mudar esse cenário, eu criei o projeto Óleo no Ponto.

Como eu tenho outro projeto, o Família na Mesa, eu tive a oportunidade de estar presente nas entregas mensais de cestas básicas para mais de 300 pessoas. Eu aproveitava esse momento para fazer um trabalho de educação ambiental com essas famílias de forma a que elas entendessem a importância da participação de cada um para que mudássemos a rotina de descarte, não só do óleo de cozinha como de garrafas pet, sacos plásticos e outros materiais que caiam nas valas da Rocinha e causam impacto negativo na praia.

Com todo o trabalho de educação ambiental que estamos fazendo, hoje, quando chove, a praia de São Conrado fica um Caribe, mas esse ainda não é o ponto ideal. Os microrganismos, que estamos colocando no bio sabão que está sendo distribuído na comunidade, vão melhorar ainda mais as condições das valas da comunidade e da praia de São Conrado.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/o-projeto-do-bio-sabao-que-se-alimenta-de-esgoto

---

M.S. ENGENHARIA S.A.
CNPJ nº 34.019.018/0001-57 - NIRE 33.3.0001155-2

Assembleia Geral Extraordinária - Primeira Convocação: O Diretor da M.S. ENGENHARIA S.A. convoca os Senhores Acionistas para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 15 de julho de 2024, às 10h, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 8.445, sala 502, Barra da Tijuca, CEP 22793-081, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) alteração da sede social; (ii) reforma do Estatuto Social para atualizá-lo à legislação societária; (iii) eleição de administradores; (iv) aprovação da elaboração de livros societários digitais; (v) assuntos gerais. Para fins do art. 135 da Lei nº 6.404/76 informa-se aos acionistas que os documentos pertinentes às matérias objeto da ordem do dia estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no endereço acima informado. Rio de Janeiro, 4 de julho de 2024.

Eric Zaragoza Labes - Diretor.

ICONIC LUBRIFICANTES S.A.
CNPJ nº 05.524.572/0001-93 - NIRE 333.0032399-6
Ata da Assembleia Geral Ordinária

Data, Hora e Local: 08 de maio de 2024, às 11h, na sede da Iconic Lubrificantes S.A. ("Companhia"). **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Leonardo Remião Linden - Presidente. Alexandre Augusto Bassaneze - Secretário. **Ordem do dia e deliberações:** 1. Autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário. 2. Aprovar as contas dos administradores da Companhia e as demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023. 3. Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023, cujo montante foi de R$ 170.160.632,48 nos seguintes termos: a. R$ 8.508.031,62 destinados a reserva legal; b. R$ 121.239.450,65 destinados a reserva para investimentos; e d. R$ 40.413.150,22 destinados ao pagamento de dividendos propostos sobre o lucro do exercício, a serem pagos aos Acionistas, sem atualização ou correção monetária, cabendo aos Acionistas o valor de R$ 0,000590827868365124 por ação. 4. Os Acionistas ratificam a distribuição de dividendos no montante de R$ 38.175.176,73 obtidos através da conta de reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído. 5. Aprovar o limite máximo global anual para a remuneração dos administradores de até R$ 11.500.000,00. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. aa) **Chevron Latin America Marketing LLC**., na qualidade de acionista; **Chevron Amazonas LLC**., na qualidade de acionista; **Ipiranga Produtos de Petróleo S.A**., na qualidade de acionista; **Leonardo Remião Linden**, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Mesa; **Alexandre Augusto Bassaneze** na qualidade de Diretor e Secretário da Mesa. **Alexandre Augusto Bassaneze -** Diretor Presidente e Secretário da Mesa. A íntegra da ata está publicada no endereço eletrônico deste jornal nesta data. Junta Comercial do Rio de Janeiro. Empresa: Iconic Lubrificantes S.A. NIRE: 33.0032399-6. Protocolo: 2024/00440927-6. Data do protocolo: 22/05/2024. Certifico o arquivamento em 24/05/2024 sob nº 00006254311 e demais constantes do termo de autenticação.

ICONIC LUBRIFICANTES S.A.
CNPJ/MF nº 05.524.572/0001-93 - NIRE 333.0032399-6
Ata da Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: 08 de maio de 2024, às 9h30min, na sede social, admitida também a participação via *Microsoft Teams.* **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Leonardo Remião Linden - Presidente. Alexandre Augusto Bassaneze - Secretário. **Deliberações**: 1. "Ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que apreciar o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2023, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos propostos sobre o lucro do exercício de 2023, no montante total de R$ 40.413.150,22 a serem pagos aos Acionistas, sem atualização ou correção monetária, cabendo aos Acionistas o valor de R$ 0,000590827868365124 por ação. 2. Os dividendos ora declarados serão pagos a partir desta data, sem atualização ou correção monetária. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. aa) **Leonardo Remião Linden**, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Mesa; **Tracey Gardiner,** na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração; **Antonio Ennes Pires de Lima, Cristiane Silva Leite** e **Carlos Frederico Resende**, na qualidade de Conselheiros; **Alexandre Augusto Bassaneze,** na qualidade de Secretário da Mesa. **Alexandre Augusto Bassaneze -** Secretário da Mesa. A íntegra da ata está publicada no endereço eletrônico deste jornal nesta data. Junta Comercial do Rio de Janeiro. Empresa: Iconic Lubrificantes S.A. NIRE: 33.0032399-6. Protocolo: 2024/00440765-6. Data do protocolo: 22/05/2024. Certifico o arquivamento em 24/05/2024 sob nº 00006254300 e demais constantes do termo de autenticação.

REPSOL SINOPEC BRASIL S.A.
CNPJ nº 02.270.689/0001-08 - NIRE nº 3330016653-0

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30/06/2024: Data, Local e Horário: Aos 30/06/2024, às 09:00h (BRT), na sede social da Companhia, localizada na Praia de Botafogo, n° 300, salas 501 e 701, Botafogo, na Cidade e Estado do RJ, Brasil. **Mesa**: Sr. Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Sr. Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. **Presença**: Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(1)** Submissão à aprovação da Assembleia Geral de pagamento de juros sobre o capital próprio (6ª parcela do ano de 2024); **(2)** Distribuição de dividendos intercalares com base em balanço mensal correspondente ao período acumulado de 4 meses de 2024. **Deliberações**: Os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos: **(1)** A submissão à aprovação da Assembleia Geral de proposta para pagamento de juros sobre o capital próprio (6ª parcela do ano 2024) no valor de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), a ser registrado nas demonstrações financeiras da Companhia em junho/2024 e a ser pago em ou antes de 31/07/2024; **(2)** *Ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025, a distribuição de dividendos intercalares no valor de R$ 106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais) à conta de lucros auferidos no período acumulado de 4 meses, findo em 30/04/2024, com base em balanço mensal, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 204 da Lei 6.404/76 e permitido pelo artigo 31 do Estatuto Social da Companhia, a serem pagos aos acionistas em ou antes de 31/12/2024. **Encerramento**: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas**: Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. Francisco José Gea Pascual del Riquelme, Wu Chengliang, José Carlos de Vicente Bravo, Pablo Luis Gay-Ger, Zhang Jianguo, Leonardo Moreira de Paiva Junqueira, Wang Ping, Mariano Benito Zamarriego, Lianhua Zhang e Alejandro José Ponce Bueno. Certifico e atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. RJ, 30/06/2024. **Carolina Assano Massocato Escobar -** Secretária. Jucerja nº 6320972 em 02/07/2024.

AMA – ANGRA MEIO AMBIENTE S.A.
CNPJ nº 42.369.301/0001-37 – NIRE 33.3.0033875-6
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1) LOCAL, DIA E HORA: Sede da AMA – Angra Meio Ambiente S.A. ("Companhia"), na Rua Treze, s/n, Lote 15 B, Quadra 24, Parque Belém (Cunhambebe), Angra dos Reis/RJ, CEP: 23.935-000, no dia 07 de junho de 2024, às 09:00 horas. **2) CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação, em virtude do comparecimento da totalidade dos membros do Conselheiro de Administração da Companhia. **3) MESA:** Presidente: Antônio Carlos Ferrari Salmeron e Secretário: Ricardo Mota de Farias. **4) ORDEM DO DIA:** Discutir e deliberar sobre reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **5) DELIBERAÇÕES:** À unanimidade, foram tomadas as seguintes deliberações: a) Considerando que o atual mandato dos membros da Diretoria da Companhia se encerrará em 16/06/2024, os Conselheiros aprovam a reeleição dos membros abaixo qualificados, para um mandato com prazo determinado de 03 (três) anos, a contar de 17/06/2024, sem remuneração e sem designação específica: i) Diretor Sem Designação Específica: **Fábio de Andrade Pereira**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 06770427-0 – SESP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 891.629.787-72, com endereço profissional na Rua Santa Luzia, n° 651, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.030-041; e ii) Diretor Sem Designação Específica: **Rafael Mateus Cordeiro Ranuci**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 35387225-8 - SESP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.019.289-07, com endereço profissional na Rua Santa Luzia, n° 651, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.030-041. b) Os Diretores ora reeleitos serão investidos em seus cargos mediante a lavratura e assinatura de termos de posse no Livro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia, e declaram, expressamente, que atendem aos requisitos do artigo 147 e parágrafos da Lei das S.A., não tendo qualquer impedimento legal que impossibilite a investidura no cargo para o qual foram reeleitos. **6) ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, esta ata foi lida e aprovada pelos presentes, sem quaisquer ressalvas. **7) ASSINATURAS:** Presidente da Mesa: Antônio Carlos Ferrari Salmeron; Secretário da Mesa: Ricardo Mota de Farias. Conselheiros: Antônio Carlos Ferrari Salmeron, Hudson Bonno, Paulo Roberto de Souza Brito, Arnaldo Santos de Oliveira e Piero Antunes Brito. Confere com o original lavrado no livro próprio. **Ricardo Mota de Farias -** Secretário da Mesa. **Certidão** - Jucerja - Certifico o arquivamento em 04/07/2024 sob o nº 00006325499. Protocolo nº 2024/00520900-9 em 20/06/2024. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário Geral.

Poupança: entrada líquida de R$ 12,8 bi em junho

Rendimentos creditados nas contas somam R$ 5,4 bi

O saldo da aplicação na caderneta de poupança subiu pela terceira vez no ano, com o registro de mais depósitos do que saques no mês de junho. As entradas superaram as saídas em R$ 12,8 bilhão, de acordo com relatório divulgado nesta sexta-feira pelo Banco Central. No mês passado, foram aplicados R$ 348,1 bilhões, contra saques de R$ 335,3 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R$ 5,4 bilhões. Com isso, o saldo da poupança é R$ 1 trilhão.

Em maio de 2024, houve entrada líquida de R$ 8,2 bilhões, assim como em março (R$ 1,3 bilhão). Já em janeiro, fevereiro e abril, os resultados foram negativos, com R$ 20,1 bilhões, R$ 3,8 bilhões e R$ 1,1 bilhão a mais de saques da poupança, respectivamente. O resultado positivo do mês de junho passado ainda foi maior que o verificado em junho de 2023, quando os brasileiros depositaram R$ 2,6 bilhões a mais do que retiraram da poupança.

Diante do alto endividamento da população, em 2023 a caderneta de poupança teve saída líquida de R$ 87,8 bilhões. O resultado foi menor do que o registrado em 2022, quando a fuga líquida foi recorde, de R$ 103,2 bilhões, em um cenário de inflação e endividamento altos.

Os saques na poupança se dão porque a manutenção da Selic em alta estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho. De março de 2021 a agosto de 2022, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

De acordo com a Agência Brasil, por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas. Com o controle dos preços, o BC passou a realizar os cortes na Selic, com sete reduções seguidas. No mês passado, o colegiado interrompeu o corte de juros em razão da alta recente do dólar e do aumento das incertezas econômicas. Hoje, a taxa básica está em 10,5% ao ano.

Em 2021, a retirada líquida da poupança chegou a R$ 35,49 bilhões. Já em 2020, a caderneta tinha registrado captação líquida recorde de R$ 166,31 bilhões. Contribuíram para o resultado a instabilidade no mercado de títulos públicos no início da pandemia e o pagamento do auxílio emergencial, depositado em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal.

Arcabouço fiscal está no radar do mercado financeiro

A semana termina com os efeitos provocados no mercado financeiro após as declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O ministro disse o que o mercado queria ouvir há muito tempo.

As declarações de que o presidente Lula garantiu cumprir o arcabouço fiscal "a todo custo" e o anúncio de corte de R$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias deram uma acalmada nos ânimos depois de muita tensão. Haddad comentou também que o novo arcabouço fiscal se conjuga com outras normas, como a Lei de Reponsabilidade Fiscal (LRF), e deve ser seguido na garantia da rigidez das contas públicas.

Na quinta-feira (4), o Ibovespa fechou com alta aos 126.163,98 pontos. Os juros futuros também caíram, uma amostra dos efeitos das declarações. Nicolas Gass, especialista em mercado de capitais e sócio da GT Capital, comentou que os juros futuros projetam o risco que o país tem. E, com o risco diminuindo, os juros futuros também caem em movimento de correção significativo.

"O que a gente pode esperar agora nos próximos dias é o que, de fato, vai vir ali desse corte de gastos. A gente vê o governo falando muito sobre credibilidade fiscal, mas a gente tem que ver agora quais serão as atitudes de fato. Não adianta só falar, falar, falar e não executar na prática, porque aí o mercado não vai dar credibilidade ao governo, que é o que vem acontecendo", afirma.

Segundo Rodrigo Cohen, analista de investimentos e co-fundador da Escola de Investimentos, o que o mercado mais quer é responsabilidade fiscal e com o Lula mostrando isso com certeza é uma notícia positiva. "É ótimo para a nossa Bolsa e uma notícia boa para o dólar também, para que a gente possa ver a moeda cair mais. Mercado também ficou positivo nesta quinta porque foi feriado nos EUA e, com isso, sofreu zero impacto do cenário externo", diz.

Andressa Bergamo, sócia-fundadora da AVG Capital, acredita que a bolsa pode reagir positivamente no curto prazo. "O controle de gastos e o compromisso fiscal sinalizam responsabilidade e estabilidade, atraindo investidores. Setores sensíveis a juros, como consumo e construção, podem se beneficiar diretamente de uma queda nos juros futuros. Empresas exportadoras podem ter ganhos reduzidos se o real se valorizar, mas o impacto geral tende a ser positivo" , ressalta.

Cooperativa Habitacional Operaria SERP (em liquidação)
Edital de Convocação
Assembleia Geral Extraordinária

Ficam pelo presente convocados os cooperativados da Cooperativa Habitacional Operária SERP (em liquidação) para a Assembléia Geral Extraordinária que se realizará na sede da Cooperativa situada na Av.Treze de Maio nº 13 sala 1020 nesta, no dia 15 de julho de 2024,em primeira convocação as 9 hs com presença de 2/3 dos cooperativados / participantes, as 10 hs em segunda convocação com presença mínima de metade mais de um e em terceira e ultima convocação as 11 hs com qualquer numero, objetivando deliberar sobre a seguinte. ORDEM DO DIA: a) Eleição e posse do liquidante da Cooperativa por vacância do cargo para complementação do mandato do ano 2021/2025 a ser expirar em 31/12/2025, tendo em vista o falecimento do liquidante Paulo Roberto Pacheco do Amaral.
Rio de janeiro, 04 de julho de 2024
Daniel Pereira Caldas Brum
Advogado

QUEIROZ GALVÃO NAVAL S.A.
CNPJ nº 17.831.251/0001-10
EXTRAVIO DE LIVROS SOCIAIS

A **QUEIROZ GALVÃO NAVAL S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.831.251/0001-10, com sede na Rua Santa Luzia, 651, 21º andar, parte, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20030-041, Inscrição Municipal 0.585.595-0, representada na forma de seu Estatuto Social, por seus Diretores, **BERGSON ARAÚJO CAJUEIRO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 142977, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF sob o nº 533.371.585-87; e **ERIKA ALVES COSTA LIMA**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da carteira de identidade de registro geral nº 94002201303, expedida pela SSP/CE, inscrita no CPF sob o nº 677.038.283-00, ambos com endereço profissional na Rua Santa Luzia, nº 651, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.030-041, vem por meio desta, comunicar o extravio dos livros sociais físicos, registrados na JUCERJA, conforme abaixo: **Tipo de Livro/Nº/Nº autenticação: Data de autenticação:** Atas das Assembleias Gerais: 1/00000138826/30/04/2013; Atas das Reuniões de Diretoria: 1/00000138827/30/04/2013; Atas e Pareces do Conselho Fiscal: 1/00000138828/30/04/2013; Livro de Presença dos Acionistas: 1/00000138829/30/04/2013; Transferências de Ações Nominativas: 1/00000138830/30/04/2013; Registro de Ações Nominativas: 1/00000138831/30/04/2013; Atas das Reuniões do Conselho de Administração: 1/00000157574/13/09/2013. Rio de Janeiro, 05 de julho de 2024. **QUEIROZ GALVÃO NAVAL S.A.**

COOPERATIVA DE EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - COOPECOMDP-RJ
Rua Camerino 66 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.080-010
CNPJ nº 39.978.593/0001-09
EDITAL DE ASSEMBLEIA GERAL ELEIÇÃO ASSUNTOS GERAIS.

O Presidente da Cooperativa de Empresados no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro – CCOPECOMDP-RJ, no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 64 e 67 do Estatuto Social, em cumprimento do Estatuto Social, convoca todos os associados da Cooperativa, que estejam em dia com suas obrigações estatutárias e preencham os requisitos, para participar da Assembleia Geral, que se realizará no dia 4 de Agosto de 2024, em primeira convocação as 10:00 horas, em segunda convocação as 10:30 horas e em terceira convocação as 11:00 horas, devendo ser obedecido o artigo 25 e incisos do Estatuto Social, sito a Rua Guitarreia, 337 – Irajá – Rio de Janeiro – RJ – CEP 21.371-420, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia. 1) Eleição de Diretoria, 2) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 04 de Julho de 2024. **CELSO DE CERQUEIRA -** CNPJ nº 39.978.593/0001-09 - Presidente.

JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ANGRA DOS REIS

EDITAL DE 1º, 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO – ELETRÔNICO e PRESENCIAL, prazo: 05 dias, Ação de Execução de Título Extrajudicial proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO PÍER 88 em face de ESPÓLIO DE CLETO CAMPELO MEIRELES (Processo nº 0010301-65.2018.8.19.0003): A Dra. ANDRÉA MAURO DA GAMA LOBO D'EÇA DE OLIVEIRA, Juíza de Direito, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente ao ESPÓLIO DE CLETO CAMPELO MEIRELES, através de sua inventariante, Thaís Galvão Meireles, ou quem fizer em suas vezes, de que no dia **19/07/2024,** às 12:30 horas, através do portal de leilões on-line do Leiloeiro Público Oficial JONAS RYMER (www.rymerleiloes.com.br), bem como concomitantemente no Fórum da Comarca de Angra dos Reis, situado na Avenida Reis Magos, s/n , Angra dos Reis/RJ, será vendido a quem mais der a partir do valor da avaliação, e no dia **19/07/2024,** às 13:00**,** no mesmo local e portal, a quem mais der a partir de 50% do valor da avaliação de **R$ 2.107.019,30,** a **Casa 25 e a Vaga de Lancha 26 do condomínio Pier 88, antes designado pelo lote J desmembrado do imóvel Camorim, Angra dos Reis/RJ.** Cf. o. 1º Ofício de Justiça de Angra dos Reis, o imóvel, Foreiro à União, matriculado sob o nº 14696, em nome de Cleto Campelo Meireles, constando, no R.10, Penhora do presente feito. Cf.o 1º Ofício de Justiça de Angra dos Reis, a Vaga de Barco 26, Foreira à União, matriculada sob o nº 14697, constando, na AV.06, Indisponibilidade dos Bens de Haspa Habitação São Paulo Imobiliária S/A, determinada pelo Juízo da 8ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, Processo nº 5030738082023.4.02.5101. Débitos de IPTU: R$ 4.591,19, mais acréscimos legais (2023 e 2024 - Inscrição: 0108.022.0210.025). Os débitos totais relativos ao presente feito equivalem, na data da expedição do presente edital, ao valor de R$ 768.470,08. Não há débitos relativos ao Foro da União (RIP: 5801010113181 e RIP 5801010113262). A venda se dará livre e desembaraçada, com a sub-rogação dos valores das dívidas, em especiais as tributárias, no preço, na forma do artigo 908, do CPC: os créditos que recaem sobre o bem, inclusive de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o preço, observada a ordem de referência, atendendo-se ainda ao que consta no artigo 130, parágrafo único, do CTN. Os interessados em participar do leilão deverão oferecer lances presencialmente ou pela internet através do site www.rymerleiloes.com.br, desde que estejam devidamente cadastrados no site e habilitados em até 72 horas de antecedência do presente leilão. – E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente, que será publicado e afixado no local de costume, cientes de que a arrematação, adjudicação ou remição far-se-á à vista, mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, na forma do art. 892, CPC; acrescida de 5% de comissão ao Leiloeiro, de acordo com o parágrafo único, do art. 24, Decreto nº 21.981/32; e custas de cartório de 1% até o máximo permitido. E, foi expedido este edital. Outro, na íntegra, está afixado no Átrio do Fórum e nos autos acima. RJ, 05/06/2024.

CONVOCAÇÃO

Convocamos os empregados do IPPP para participarem da Reunião a realizar-se na Data: dia 17/07/2024 na forma de reunião Virtual pelo endereço web: https://meet.google.com/zhj-zmjr-tch. Primeira Reunião: 11:00h até 12:00h. Segunda Reunião: 13:00h até 14:00h. Atenção: solicitamos aos participantes que não ingressem nas duas reuniões. Escolha um horário! Tema: a) esclarecimento e apresentação Senalba Rio Capital e benefícios das contribuições e dos motivos para formular ACT Verso CCT; b) formulação de pauta para reunião com a direção; c) formação da comissão dos empregados no total de 4 para acompanhamento das reuniões de negociação; 5) esclarecimentos e formulações do desconto sindical. RJ, 04/07/2024. Ass. Direção Senalba Rio Capital. CNPJ nº 33.647.389/0001-10.

SMARTCOAT – SERVIÇOS EM REVESTIMENTOS S.A.
CNPJ/ME nº: 09.122.486/0001-05 - NIRE: 33.3.0032943-9

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2024 às 11:00 horas. Instalada a reunião de diretoria e após o exame e a discussão da matéria constante da ordem do dia, os Diretores presentes deliberaram: (i.) Considerando que a Diretoria Estatutária possui alçada, conforme Estatuto Social da Companhia, aprovam, por unanimidade, a concessão de aval, por parte da Companhia, para a operação de emissão privada de Nota Comercial pela PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A (Controladora da Companhia), título de dívida corporativa, no valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com prazo de 48 (quarenta e oito) meses, carência de principal de 12 (doze) meses, custo base CDI + 2,0% a.a. e demais condições conforme material arquivado na Plataforma de Governança da Companhia. O recurso financeiro será captado junto ao BANCO VOTORANTIM S.A., instituição financeira, com sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar – Vila Gertrudes, CEP 04794-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.588.111/0001-03. Desta forma, a Diretoria Estatutária da Companhia está autorizada a assinar os documentos necessários junto à Votorantim para formalizar a aval ora deliberado. **Em observância ao artigo 289 da Lei 6.404/76, informamos que a íntegra se encontra no site da companhia e neste jornal na versão digital, a qual poderá ser acessada por meio do link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/**
Rio de Janeiro, 05 de julho de 2024.

PRINER LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS S.A.
CNPJ/MF n° 24.566.534/0001-48 - NIRE nº 33.3.0031995-6

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2024 às 11:00 horas. Instalada a reunião de diretoria e após o exame e a discussão da matéria constante da ordem do dia, os Diretores presentes deliberaram: **(i.)** Considerando que a Diretoria Estatutária possui alçada, conforme Estatuto Social da Companhia, aprovam, por unanimidade, a concessão de aval, por parte da Companhia, para a operação de emissão privada de Nota Comercial pela PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A. (Controladora da Companhia), título de dívida corporativa, no valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com prazo de 48 (quarenta e oito) meses, carência de principal de 12 (doze) meses, custo base CDI + 2,0% a.a. e demais condições conforme material arquivado na Plataforma de Governança da Companhia. O recurso financeiro será captado junto ao BANCO VOTORANTIM S.A., instituição financeira, com sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar – Vila Gertrudes, CEP 04794-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.588.111/0001-03. Desta forma, a Diretoria Estatutária da Companhia está autorizada a assinar os documentos necessários junto à Votorantim para formalizar a aval ora deliberado. **Em observância ao artigo 289 da Lei 6.404/76, informamos que a íntegra se encontra no site da companhia e neste jornal na versão digital, a qual poderá ser acessada por meio do link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/**
Rio de Janeiro, 04 de julho de 2024.

SERRA CONCESSÕES S.A.
CNPJ/MF nº 03.541.393/0001-39 NIRE 33300263870

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1. Data, Hora e Local: Em 04 de junho de 2024, às 11:30 horas, na sede social, na Rua Lauro Muller, nº 116, sala 2202, nesta Cidade, CEP: 22.290-160. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, em face da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, conforme lista de presença. Presentes ainda os diretores Genilson Silva Melo e Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro. **3. Mesa:** Presidente: Genilson Silva Melo; Secretária: Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro. **4. Ordem do Dia e Deliberações Tomadas:** Por unanimidade de votos, observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações: **(a)** Aprovar a redução do capital social da Sociedade em R$ 7.895.064,70 (sete milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, sessenta e quatro reais e setenta centavos), por considerá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, com o cancelamento de 3.782.920 (três milhões, setecentos e oitenta e dois mil, novecentas e vinte) ações, sendo 1.387.954 (um milhão, trezentas e oitenta e sete mil, novecentas e cinquenta e quatro) ordinárias e 2.394.966 (dois milhões, trezentos e noventa e quatro mil, novecentas e sessenta e seis) preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, na forma do artigo 22 da Lei nº 9.249, de 1995, por seu valor contábil para a Companhia de R$ 2,087 por ação, apurado conforme balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023, na proporção detida por cada acionista no capital social da Companhia, pagando-se aos acionistas os respectivos valores patrimoniais de suas ações, mediante o aproveitamento do crédito detido pela companhia nesse mesmo montante contra os referidos acionistas. **(b)** Tendo em vista a deliberação acima e que o capital social passa de R$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais) para R$ 15.104.935,30 (quinze milhões, cento e quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais e trinta centavos), alterar o caput do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 5º -** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é R$ 15.104.935,30 (quinze milhões, cento e quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais e trinta centavos), dividido em 4.202.329 (quatro milhões, duzentas e duas mil, trezentas e vinte e nove) ações, nominativas e sem valor nominal, sendo 2.604.671 (dois milhões, seiscentos e quatro mil, seiscentas e setenta e uma) ordinárias e 1.597.658 (um milhão, quinhentas e noventa e sete mil, seiscentas e cinquenta e oito) preferenciais."* **(c)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir a alteração acima aprovada. **5. Encerramento**: Após lavrada, lida e aprovada esta ata, que vai assinada pelos presentes. Rio de Janeiro, 04/06/2024 **6. Assinaturas:** Presidente: Genilson Silva Melo; Secretária: Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro; Acionistas: Zi Participações S.A., representada por seus Diretores Genilson Silva Melo e Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro; Miriam Backheuser Mambrini e Borromeo Participações S.A, representada por sua Diretora Miriam Backheuser Mambrini. Diretores: Genilson Silva Melo e Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro.